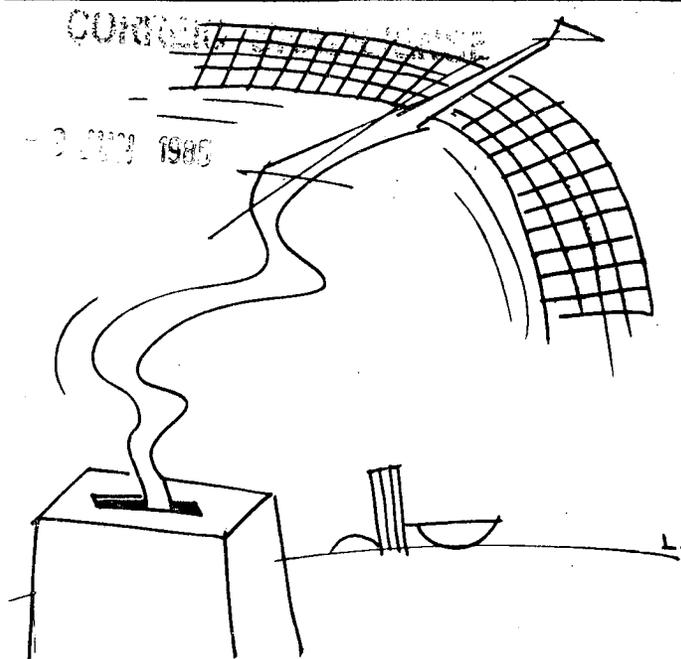


A nova Brasília

OSVALDO PERALVA



A primeira impressão recolhida por um observador político na Brasília de nossos dias é a de que a Cidade-Estado modifica sua fisionomia. Se se fala de Nova República, então é lícito falar também de uma Nova Brasília.

Essa novidade se exhibe em numerosos aspectos, dos quais o mais evidente é, sem dúvida, a conquista parcial de sua maioria, através da emenda constitucional que reconhece aos brasilienses o direito de participar das duas casas do Congresso Nacional, com a eleição de três senadores e oito deputados federais.

A autonomia completa há de ser obtida num futuro talvez próximo, quando o eleitorado do Distrito Federal puder eleger diretamente seu Governador e tiver seus próprios órgãos legislativos, para atuar nas questões afetas à vereança e à deputação estadual, como ocorre em outras cidades no mundo que têm o mesmo privilégio de ser a sede dos três poderes da República.

Por enquanto é a uma comissão do Senado que incumbe legislar sobre os problemas do Distrito Federal, numa espécie de tutela que tem sua origem aparentemente em concepções tão esdrúxulas como as que mantiveram sem autonomia as capitais dos Estados e os municípios incluídos nas chamadas áreas de segurança nacional.

Essa negativa a uma população de um milhão e meio de habitantes de decidir, através de uma Câmara de Vereadores e de uma Assembléia Legislativa, sobre os problemas que mais diretamente lhe dizem respeito, é uma incongruência.

Quem pode o mais, participando dos debates e determinações dos grandes assuntos nacionais, pela voz e

pelo voto dos congressistas que vai escolher, deve poder também o menos, atuando da mesma forma nos limites estaduais.

Entretanto, como dizem os ingleses, com seu senso prático, "something is better than nothing". Sim, alguma coisa é melhor do que nada. Ou então, já que estamos no capítulo das citações, seja lembrado o dito popular de que toda caminhada começa com o primeiro passo. Esse primeiro passo revitalizou o espírito público dos habitantes do Distrito Federal, acendeu o interesse das lideranças políticas em passar de modo digno pelo crivo das urnas. Há desde logo uma expectativa de conhecer, efetivamente, quem é quem na vida pública de Brasília.

Ademais, esse primeiro passo se traduz na qualidade distinta da atual governança. Pela primeira vez na história desta cidade, há um governador que dispõe de mandato parlamentar, co-

mo um dos deputados federais com maior votação em Minas Gerais, nas últimas eleições. Foi como representante do povo, portanto, que ele aceitou ser indicado pelo presidente da República e aprovado pelo Senado para dirigir os destinos da capital do País.

Não se trata, pois, de mero delegado do Governo central, como ocorria até então. E essa diferença se reflete não só em sua conduta perante os governados, como na atitude destes de expectante confiança em sua gestão. Em outros termos, os governantes anteriores só tinham compromissos com o Palácio do Planalto, do qual emanavam todo o poder político e a parcela principal, como ainda agora, de seus recursos financeiros.

Recorda-se que até na fase pré-1964, as restrições a Brasília, no campo político-institucional, eram sensíveis. O deputado Israel Pinheiro, que comandou a construção material da ci-

dade, teve de renunciar ao mandato popular para poder dirigi-la. No presente, essas restrições vão sendo eliminadas. O governador José Aparecido de Oliveira encontra-se apenas licenciado das funções de deputado federal.

Outro fato digno de nota, sob esse aspecto, é que também, pela primeira vez, o Governo do Distrito Federal conta entre seus integrantes com um membro da Câmara Federal, o secretário da Saúde Carlos Mosconi. Para que um congressista pudesse ocupar uma Secretaria na administração desta Cidade-Estado, sem ter de renunciar ao mandato, como nos demais Estados da Federação, foi necessária a aprovação de emenda constitucional.

Esse maior relacionamento entre governantes e governados, essa elevação do status dos cidadãos brasilienses, enfim a dimensão maior que Brasília já apresenta e a que faz jus como capital da República, possuem um significado que ultrapassa o do orgulho cívico. É fundamental na filosofia democrática que o povo seja o responsável por seu próprio destino, escolhendo para representá-lo as pessoas de sua confiança. Os erros eventualmente cometidos nessa escolha serão depois corrigidos com a experiência que só a prática democrática mesma será capaz de fornecer.

Muitos e graves são os problemas que o atual governo enfrenta, vistos sobretudo do observatório das questões sociais. E é certo que não podem ser solucionados com facilidade e repentinamente. Mas o esforço para equacioná-los indica uma mentalidade nova. E parte relevante do que se pode denominar a Nova Brasília.